



Questionamentos sobre Covid no sistema prisional [Agência Pública]

Eu sou repórter da Agência Pública e estou fazendo reportagem sobre o impacto da Covid-19 em unidades prisionais ao redor do país. Estou abordando algumas unidades do Mato Grosso do Sul e gostaria de alguns esclarecimentos da Agepen:

1) · Segundo levantamento da reportagem, a Penitenciária Estadual de Dourados (PED) registrou mais de 1230 casos de Covid 19, o maior número entre unidades prisionais de todo o país. Além disso, boa parte dos indígenas da PED contraíram a doença. Ao que a Agepen atribui o alto número de contaminados entre a população carcerária geral e a indígena?

No universo de 20.240 presos em todo o estado, foram registrados cerca de 21% de casos confirmados de coronavírus. Isso se dá ao fato de serem realizadas, constantemente, testagens nos apenados, bem como, responsabilidade e transparência nas informações. O objetivo da Agepen/MS é combater a proliferação da Covid-19 com a detecção precoce, de forma a efetivar o tratamento imediato e o não agravamento da doença.

A PED realizou testagem em massa entre os dias 28 de setembro a 27 de novembro de 2020, detectando 1.231 custodiados positivados, à época, sendo que todos passaram por atendimento médico, recebendo medicação conforme precisão e ficando em isolamento, sendo acompanhados diariamente por equipe de enfermagem.

Atualmente, a PED possui a maior população indígena do estado com 164 internos, destes, 86 testaram positivo para a Covid-19, mas atualmente todos já se encontram recuperados, após o devido tratamento.

Importante destacar que, cerca de 99% dos casos confirmados entre os detentos já se encontram recuperados após o devido tratamento. Conforme último monitoramento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 07 de abril, MS está entre os sete estados da federação com o menor índice de óbitos entre os custodiados, com quatro registros durante o cumprimento de pena.

2) · A unidade de Ivinhema registrou ao menos 63 casos, sendo que há 70 pessoas presas no local. Ao que a Agepen atribui o alto número de contaminados?



A unidade EPMRFI também passou por testagem em massa, resultando em 63 positivos, o fato se deve exatamente pela justificativa da resposta anterior.

3) · Segundo dados fornecidos à reportagem, a unidade de Ivinhema tem capacidade para 24 presos. A Agepen confirma essa informação?

Informamos que o Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Ivinhema (EPMRFI) possui capacidade para 24 presos e conforme levantamento do último Mapa Prisional da Agepen, possui 57 internos.

4) · Que medidas foram tomadas pelo órgão para conter a disseminação do vírus e para atender à população presa contaminada nas duas unidades e nas demais do estado?

A Agepen criou em julho de 2020, o Comitê para Gestão e Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19 realiza reuniões semanais ou extraordinárias, por meio de videoconferência, com dirigentes de diferentes setores da agência penitenciária. Além disso, também assessoraram o diretor-presidente sobre ações de combate à disseminação da doença.

Além disso, a agência penitenciária também integra o Comitê de Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19 no Sistema Carcerário de Mato Grosso do Sul, gerido pelo Tribunal de Justiça do estado. O objetivo é garantir atuação interinstitucional, a fim de que sejam adotadas medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19, no âmbito dos sistemas de justiça penal.

Dentre outras medidas adotadas, está a suspensão das visitas presenciais em todas as unidades penais de regime fechado do estado, bem como, a operacionalização das visitas sociais virtuais como uma alternativa para priorizar o contato familiar durante o cumprimento de pena de homens e mulheres em situação de prisão.

Também foram interrompidas as atividades de assistência religiosa e ações das instituições cadastradas nesta autarquia, atendendo diretrizes do Ministério da Saúde, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tendo em vista a vulnerabilidade da população em situação de encarceramento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

A Agepen/MS mantém os cuidados preventivos nos casos de entrada de novos custodiados, que passam por triagem preliminar. Em casos de suspeita, o interno recebe atendimento médico e é isolado da massa, se necessário. Testagens em massa também vêm sendo realizadas, bem como o isolamento e acompanhamento sistemático do quadro de saúde dos casos positivados.

Conforme se verifica no Relatório de Ações Para o Enfrentamento da Covid-19, 2020, anexo, todas as medidas possíveis e necessárias foram adotadas, iniciando-se pela comunicação de informações às unidades penais com informações sobre o novo coronavírus; envio de Notas Técnicas e Manual para Prevenção e Cuidado da Covid-19 no Sistema Prisional Brasileiro oriundo de outros órgãos; elaboração e envio de Notas Técnicas elaboradas pela Agepen; participação no Comitê de Enfrentamento à Covid-19 (TJMS); criação do Comitê da Agepen de Enfrentamento à Covid-19; aquisição e distribuição de insumos preventivos por meio de parcerias; vacinação contra gripe (2020); parcerias com UFMS, FIOCRUZ, DEPEN, SES, SESAU, dentre outros; bem como, constantes reuniões com órgãos parceiros para atualização de informações e aperfeiçoamento dos métodos de sanitização e enfrentamento à Covid-19.

5) · Que tipo de máscaras foram fornecidas para os policiais penais das unidades? E para os internos? Quais as regras para a utilização de máscaras dentro das unidades?

Máscaras de tecido, cirúrgicas e N95 aos servidores e máscaras de tecido aos internos, com uso obrigatório para servidores e internos, conforme se verifica na Revisão/01 da Recomendação n.º 01, elaborada pelo Comitê para Gestão e Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19, anexa.

6) · De quem é a responsabilidade pelo fornecimento de equipamentos e material de proteção para os policiais penais?

Por meio de inúmeras parcerias firmadas, a Agepen distribuiu diversos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos servidores de carreira, colaboradores e reeducandos. Inclusive, foi elaborado o projeto "Mãos Solidárias", que utilizou a mão de obra carcerária em 22 polos de produção dentro de unidades prisionais, distribuídos em 16 municípios de Mato Grosso do Sul.



A ação mobilizou cerca de 150 reeducandos, servidores, membros da Associação do Ministério Público, Membros da Associação dos Magistrados de MS, Defensoria Pública, diretores das Unidades Prisionais, profissionais da saúde, costureiras e membros da comunidade.

Com início em março do ano passado, foram produzidas aproximadamente 250 mil peças com mão de obra prisional, entre máscaras de proteção, capotes, gorros, propés, aventais, entre outros.

Mais de 80 instituições foram beneficiadas com as doações dos produtos confeccionados. Foram contemplados os 20 municípios que abrigam as unidades prisionais, como também as cidades circunvizinhas, tais como: Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Angélica, Deodápolis, Bonito, Vicentina, Fátima do Sul e Novo Horizonte do Sul.

Além disso, foram beneficiados com a ação, servidores penitenciários, população carcerária, policiais militares, civis, rodoviários e federais, agentes socioeducativos, crianças em vulnerabilidade social, idosos em casas de acolhimento, profissionais de saúde, comunidades economicamente desfavorecidas, entidades públicas e da sociedade civil.

A iniciativa de produzir Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para o enfrentamento da Covid-19 foi destaque na 15ª edição do Prêmio Sul-Mato-Grossense de Inovação na Gestão Pública. O projeto foi inscrito por servidoras da Agepen, levando a 2ª colocação na categoria "Práticas Inovadoras de Sucesso".

7) · Os familiares de internos que contraíram Covid-19 têm sido avisados da contaminação? De que forma?

Sim, conforme determinação da Divisão de Assistência à Saúde Prisional da Agepen, enviada a todas as unidades penais, foi designado um servidor de cada presídio, de preferência da área de Assistência e Perícia, responsável para entrar em contato com a família do interno em até 24h do resultado positivo para Covid-19, informando sobre o resultado e as providências que já estão sendo tomadas em relação ao tratamento; e a cada 48h, atualizar a família sobre a evolução do quadro clínico e demais informações necessárias.

8) · Há previsão de que os indígenas presos na PED e nas demais



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

unidades do MS sejam vacinados?

A Agepen já enviou à Secretaria Estadual de Saúde (SES) a relação dos indígenas sob a égide da Agepen no estado, mas não obtivemos resposta sobre uma previsão exata, vez que cada município está executando a vacinação contra a Covid-19 conforme a realidade local.

9) · O Mato Grosso do Sul pretende incluir a população privada de liberdade no grupo prioritário de vacinação? Em que fase?

A execução da vacinação está a cargo dos municípios e conforme matéria publicada pelo site da Agepen (<https://www.agepen.ms.gov.br/reeducandos-indigenas-e-idosos-sao-imunizados-contracovid-19-em-presidios-de-amambai-e-cassilandia/>) os municípios de Amambai, Cassilândia e Rio Brillhante já estão vacinando os internos, com o total de 40 internos, sendo 25 indígenas e 15 idosos até o momento.

10) · O estado tem uma das maiores superlotações do país. O que está sendo feito para resolver este problema?

A superlotação é um problema nacional, e MS, por ser uma das principais rotas mais utilizadas no tráfico de armas e entorpecentes, acaba custodiando presos de todo o Brasil.

Inclusive, já existem tratativas do governo do Estado com a União para uma solução quanto aos presos por delitos federais.

Para desafogar a superlotação estadual, também foram construídos três novos presídios de regime fechado, sendo dois masculinos (com 603 vagas cada) e um feminino (com 407 vagas); um deles já ativado em fevereiro de 2020; outro com obras já concluídas e em vias de ser inaugurado; e um feminino em fase final de construção.

Além disso, existem em andamento projetos de reforma e ampliação de seis unidades penais de MS, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Ao todo, serão 908 novas vagas nos presídios masculinos de regime fechado de Dois Irmãos do Buriti, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Três Lagoas e Presídio de Trânsito de Campo Grande.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Em 2016, também foi criada a Unidade Mista de Monitoramento Virtual Estadual (UMMVE), com a finalidade de monitorar sentenciados e cumpridores de medidas cautelares diversas da prisão, presos provisórios e cumpridores de medida protetiva de urgência, por meio de tornozeleira eletrônica ou de outros equipamentos similares, mediante a utilização de bases de dados, base cartográfica e aplicativos do sistema de monitoramento.

Atualmente, a unidade da Agepen conta com mais de 2,2 mil monitorados por tornozeleira eletrônica. A previsão é de ampliar esse número para mais 1.500 equipamentos, com a contratação emergencial que já está em fase de finalização do Termo de Referência, contribuindo ainda mais, para desafogar o sistema carcerário de Mato Grosso do Sul.